

CONTAS PÚBLICAS

Ajuste exige costura política difícil para o governo

Ano eleitoral vai dificultar a aprovação de medidas que são impopulares, mas necessárias, dizem analistas

DENISE NEUMANN

Os economistas que acompanham as contas públicas apostam nas reformas estruturais para dar mais qualidade ao ajuste fiscal no longo prazo. Ainda assim, as soluções não são fáceis, segundo eles. E exigirão uma costura política difícil de ser obtida, especialmente em anos eleitorais, como será o ano 2000.

O especialista em contas públicas Raul Velloso, por exemplo, diz que sem mexer no estoque de beneficiários não será possível conter a tendência de crescimento dos gastos com a Previdência.

Ele afirma que, para conseguir reduzir o déficit, os benefícios precisam crescer abaixo do crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB) – leia-se inflação. Nos últimos anos, observa, o governo cedeu a pressões políticas e autorizou para o salário mínimo e a Previdência reajustes superiores à inflação passada.

Para ele, a correção do valor dos benefícios precisa ser condicionada à evolução das receitas e do aumento do número de beneficiários. “Todo ano cresce cerca de 5% o número de novos aposentados ou pensionistas”, diz Velloso.

Na outra ponta, lembra o especialista, a mudança no mercado de trabalho (desemprego, informalidade, novas tecnologias, etc) estão reduzindo o número de contribuintes e o valor das novas contribuições.

Perda de direitos – O ex-ministro Mailson da Nóbrega vai mais longe na sugestão para re-



Mailson: “Situação vai exigir perda de direitos previdenciários”

PROMESSA AO FMI

Metas básicas de superávit primário (em % do PIB)
contidas no acordo com o Fundo

Saldo	1998	1999	2000	2001
Total	0,00	3,1	3,3	3,4
Governo central	0,6	2,3	2,7	2,6
Estados Municípios	-0,2	0,4	0,5	0,7
Empresas estatais	-0,4	0,4	0,1	0,1

Art. 150, III

ACERTO DAS CONTAS REQUER DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS

ram medidas semelhantes.

Quando esses países fizeram a reforma da Previdência, uma parte dos direitos anteriores não foi reconhecida. No Chile,

duzir o “estoque” da Previdência. “A situação é grave e vai exigir quebra de direitos adquiridos”, diz. Para quem se assusta com a observação, ele lembra que Chile e Argentina adotaram

explica, foi adotado um sistema de capitalização (privatização da Previdência) e os trabalhadores tiveram direito a um bônus correspondente ao passado das contribuições, mas esse bônus foi calculado com deságio. “Vai ser muito complicado, mas o Congresso vai ter de fazer essa discussão”, observa Mailson.

Velloso concorda: “As contas públicas não são contas isoladas; se o governo não faz ajuste de um lado, paga de outro”, raciocina, referindo-se ao não controle da Previdência e ao corte

recorrente de despesas em programas sociais.

No curto prazo, as principais apostas para fechar o ajuste fiscal dos anos 2000 e 2001 concentram-se em corte de despesas e aumento de arrecadação. Marcelo Allain, do BMC, não descarta a hipótese de o governo buscar novas receitas temporárias do estilo CPMF ou Cofins. Velloso acredita em corte de despesas, apesar dos problemas estruturais que se avolumam.

Mailson acha que o governo pode buscar um novo mecanismo para desvincular receitas. “Não vejo como o governo possa deixar áreas como a saúde a pão e água”, diz. “O ajuste fiscal para os anos 2000 e 2001 só será obtido com uma forte desvinculação de receitas”, pondera, citando os gastos com saúde e seguridade social como alvos dessa desvinculação.

Qualidade – Mauro Schneider, do ING Barings, observa que o mercado (os investidores internacionais, principalmente) começa a se preocupar não apenas com a quantidade do ajuste brasileiro (se a meta será cumprida ou não), mas também com a sua qualidade.

Na sua opinião, a velocidade com que governo e Congresso aprovaram (e estão aprovando, ainda) as reformas estruturais “foi baixa”. O mesmo se aplica, diz, à instituição da reforma administrativa. Seria importante, agora, acelerar a discussão e aprovação de medidas como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a segunda reforma da Previdência.

Allain, do BMC, relaciona como prioridade a reforma tributária. Bernard Appy, da LCA Consultores, lembra que, além das reformas, medidas que estão ao alcance do governo, como as de combate à sonegação que vêm sendo sugeridas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, podem dar uma contribuição muito importante para o ajuste fiscal no curto e médio prazos.